

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA MODALIDADE EAD NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Maria Salvilene Lopes¹

Ana Tamires Carneiro²

Maria do Perpétuo Socorro de Vasconcelos³

Francisco Ariel dos Santos Silva⁴

RESUMO

A EJA teve que remodelar sua metodologia de ensino para continuar o processo de educação e de formação de seus alunos, mesmo no contexto de pandemia, exigindo novas estratégias para que os discentes não fossem prejudicados. A EJA, na sua estrutura, já carrega inúmeras deficiências e desafios, pois tem como público-alvo jovens e adultos, que tiveram seu direito de formação na idade certa negado, além disso, na grande maioria das vezes, pertencem a classe menos abastada da sociedade. Por essa razão, a Educação de Jovens e Adultos se apresenta como uma das modalidades mais vulneráveis nesse cenário de pandemia e de interrupção das aulas presenciais. Nesse interim, torna-se objetivo deste trabalho analisar e refletir o impacto da pandemia e, conseqüentemente, do ensino remoto, referente a Educação de Jovens e Adultos, tentando identificar quais as principais dificuldades em realizar a continuidade do processo de ensino aprendizagem com os alunos da EJA, os quais já enfrentam, em tempos normais, inúmeras dificuldades de concluir sua formação. A metodologia desse trabalho partiu de uma revisão integrada da bibliografia, onde foram utilizados livros, revistas, artigos e demais trabalhos científicos para subsidiar a fundamentação teórica. Em conclusão, pode-se inferir que o ensino a distância ainda carrega muitos desafios, principalmente em se tratando de EJA. Mas, foi um meio encontrado para não paralisar as aulas durante o cenário pandêmico. Contudo, é necessário que haja uma maior valorização dessa modalidade, que seja oferecido aos educandos as condições necessárias para seu acesso e permanência na retomada aos seus estudos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação a Distância; Desafios da EaD.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 começou de uma forma atípica, o surgimento de um novo vírus com potencial mortal entre humanos se espalhou em ritmo acelerado em todas as regiões do mundo, modificando todos os aspectos da vida das pessoas. Com a

¹ Especialista em Gestão, Coordenação, Planejamento e Avaliação Escolar pelo Centro Universitário Ina – UNINTA, salvilene13@hotmail.com;

² Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi, tamycarneiro23@gmail.com;

³ Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica da Faculdade Venda Nova do Imigrante, perpetuovasconcelos872@gmail.com;

⁴ Mestrando em Geografia de Universidade Estadual Vale do Acaraú, ariel.santos5@hotmail.com;

inexistência de medicamentos que freassem o contágio, a recomendação dos órgãos de saúde foi o isolamento social. Por esse motivo, as escolas suspenderam suas aulas presenciais e passaram a acontecer remotamente, ou seja, à distância.

Nesse contexto de pandemia e isolamento social muitos profissionais de educação tiveram que se reinventar, se adaptar e construir uma nova metodologia de ensino para atender as necessidades educacionais de todos os alunos, inclusive os que pertencem ao segmento de Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

A EJA, ao contrário das demais modalidades de ensino básico, já estava passando por um processo de adaptação, pois as iniciativas de implementar a educação a distância já estavam em vigor antes mesmo da pandemia iniciar. Entretanto, ainda existia uma parcela significativa de estudantes que permaneciam estudando na modalidade presencial e se viram de repente imersos em um contexto de aulas *online*s.

a EJA, na sua estrutura, já carrega inúmeras deficiências e desafios, pois tem como público-alvo jovens e adultos, que tiveram seu direito de formação na idade certa negado, além disso, na grande maioria das vezes, pertencem a classe menos abastada da sociedade.

Por essa razão, a Educação de Jovens e Adultos se apresenta como uma das modalidades mais vulneráveis, nesse cenário de pandemia e de interrupção das aulas presenciais. Nesse interim, torna-se objetivo deste trabalho analisar e refletir o impacto da pandemia e, conseqüentemente, do ensino remoto, sobre a Educação de Jovens e Adultos, tentando identificar quais as principais dificuldades em realizar a continuidade do processo de ensino aprendizagem com os alunos da EJA, os quais já enfrentam, em tempos normais, inúmeras dificuldades de concluir sua formação. A metodologia desse trabalho partiu de uma revisão integrada da bibliografia, onde foram utilizados livros, revistas, artigos e demais trabalhos científicos para subsidiar a fundamentação teórica.

EJA, UMA PRÁTICA EDUCATIVA

Se engana quem pensa que a educação a distância é uma realidade nova, como consequência das medidas de distanciamento social provocadas pela pandemia. O ensino não presencial já fazia parte da legislação educacional referente à Educação de Jovens e Adultos como uma possibilidade de recuperação do direito que foi negado a essas pessoas no passado, mesmo antes do período de pandemia

A própria LDB (1996), tem-se uma proposta de educação a distância a ser implementada em todas as modalidades de ensino, inclusive na Educação de Jovens e Adultos. A intenção de promover o ensino a distância foi regulamentada com a promulgação das Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos. Tal regulamentação entrou em vigor mediante a resolução N° 1, de 2016, expedida pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica.

De acordo com essa resolução, exige-se que exista

uma prévia e rigorosa avaliação por parte dos órgãos próprios do sistema de ensino da Unidade da Federação de origem sobre os recursos tecnológicos disponibilizados pela instituição de ensino que está pleiteando essa expansão, considerando a multiplicidade de plataformas, meios e mídias como do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), transmissão de aulas via satélite, internet, videoaulas, MOOCS, telefonia celular, redes sociais, aplicativos mobile learning, TV digital, rádio, impresso e outros que compõem o arsenal de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que podem ser apropriadas e adequadas a diferentes modelos e formatos de mediação pedagógica, a fim de garantir que a mesma atenda plenamente a nova localidade em que pretende atuar, sendo capaz de viabilizar a transmissão e mediação de conteúdos pelos meios compatíveis com a realidade da região pretendida (BRASIL, 2016, p.1).

Como é possível perceber, há uma intenção por parte do legislador em ampliar o direito à educação por meio de ferramentas que colaborem com o ensino a distância. No próprio documento há ainda uma série de pré-requisitos que as instituições devem se enquadrar para disponibilizar essa modalidade para o público.

Sem sombra de dúvida, flexibilizar o acesso à educação, principalmente no que se refere a modalidade de ensino de jovens e adultos, é uma inovação que propiciaria um aumento no número de pessoas matriculadas nas salas de EJA. Pois assim como afirma Cruz et al (2016, p. 112), “A Educação a Distância (Ead) é uma modalidade de ensino cada vez mais empregada no intuito de ampliar e democratizar as possibilidades de acesso ao conhecimento”. Contudo, assim como apregoa Charles e Filho (2016) há uma tendência em avaliar apenas os possíveis benefício, esquecendo as dificuldades enfrentadas no uso dessas tecnologias.

Na visão de Silva, Rebelo e Corrêa (2019), o Brasil ainda possui investimentos que não suprem as necessidades do ensino não presencial. Críticas ainda mais ferrenhas tratam sobre a capacidade ainda não alcançada pelo poder público em oferecer um ensino de qualidade na modalidade presencial, com professores capacitados, salas com

infraestrutura adequada, materiais didáticos e pedagógicos suficientes, ensino que considere as especificidades dos jovens e adultos, para que se tenha efetivamente um processo de aprendizagem significativa e de valorização das identidades. Por esse motivo a educação a distância ainda se constitui como um universo perigoso e que pode tornar a EJA mais uma etapa fracassada para esses sujeitos.

Na concepção de Adneia Gonçalves, diretora adjunta da Ação Educativa e especialista em EJA, a educação à distância é “impensável” pois desconsidera todas as especificidades e demandas do ensino de jovens e adultos.

A EaD seria bem-vinda como mais uma das possibilidades metodológicas em um processo de articulação de saberes que inclui os multiletramentos e o acesso às novas tecnologias. Mas ainda não conseguimos discutir um modelo de EaD que dê conta das demais modalidades de ensino, quem dirá para EJA. É colocar embaixo do tapete todas as demandas por educação e atendimento de qualidade para jovens e adultos” (GONÇALVES, 2020, ON-LINE)

Gonçalves ainda complementa que considera a prática da EJA em EaD inconcebível, pois os estudantes dessa modalidade de ensino possuem uma marca muito forte de exclusão educacional. No seu retorno à sala de aula tem de ter que lidar com propostas que não levem em consideração os aspectos da vida adulta, e com currículos que não valorizam seus saberes não escolares, tampouco suas rotinas e trabalho e família. Ou seja, se no ensino presencial já era visível a suas incompatibilidades, no ensino remoto surgem ainda mais percalços.

Cabe-se destacar que a EJA tanto na forma semipresencial, quanto totalmente à distância, fica de fora dos recursos do FUNDEB (Fundo Nacional da Educação Básica), principal fonte de financiamento da educação básica pública do Brasil. Isso se dá pelo fato de que os alunos dessas modalidades de ensino não são registrados no censo Escolar/INEP/MEC. O que denota o interesse por parte dos órgãos governamentais em substituir progressivamente ensino presencial pelo remoto.

Outra questão que deve ser levada em consideração é o perfil dos estudantes da EJA, os quais são compostos principalmente pela parcela mais pobre da população, que não tem condições financeiras de ter equipamentos com acesso a internet.

Quando esses equipamentos são disponibilizados pela instituição de ensino, há um outro desafio, que reside no uso dos recursos digitais, pois é importante lembrar que os alunos da EJA, são pessoas que tem uma relação recente com a tecnologia, sendo

para elas uma novidade, tendo que passar por um processo de aprendizagem e adaptação. Como expressa Faria (2017)

Para o desenvolvimento do ensino Ead o educando precisa ter conhecimento prévio em informática básica, não sendo suficientes os conhecimentos em redes sociais e aplicativos de bate papo e relacionamento. É preciso também que tenham conhecimento, mesmo que básico, em planilhas de textos, acesso a portais, blogs, sites de pesquisa e de buscas na internet (FARIA, 2017, P.10).

Cabe ressaltar que essa nova modalidade de se fazer educação exige maior disciplina e dedicação por parte dos alunos, pois serão eles que deverão organizar seu tempo e espaço para estudo. Nesse sentido, Artigas (2017) ressalta que grande parte dos alunos estão acostumados com o modelo formal, em que o aluno se desloca até a escola e tem, durante um período determinado, um encontro presencial com sua turma e o professor. Esse momento além de ser de fundamental importância, pois é quando o aluno tem a possibilidade de tirar suas dúvidas, é também um momento de socialização, de diálogo e de troca de experiências de vida. Nessa mesma linha de raciocínio disserta os autores Feliciano e Ferreira.

Os alunos da EJA embora marginalizados, muitas vezes não procuram a escola apenas para finalizar os estudos ou resgatar o tempo de escolarização perdida. Mas, consideram-na como espaço de socialização, lazer e vivência de novas experiências, encontro com outras pessoas, momento de aprender conviver com a heterogeneidade envolvendo culturas, gêneros, ritmos de socialização, responsabilidades cotidianas e aprendizagens (FELICIANO; FERREIRA, 2018, P. 7).

Por mais que hoje as pessoas estejam cada vez mais conectadas, resultado da popularização de equipamentos com acesso à internet, muitas dessas pessoas restringem o uso aos meios de comunicação e de diversão disponíveis na rede. Demandando, assim uma adaptação dos educandos às novas tecnologias, como forma de captação de conhecimentos.

A principal preocupação sobre o ensino não presencial na EJA está na forma como se dá o processo de aprendizagem dos alunos, tendo em vista as características desse público e as orientações didático-pedagógicas específicas que são de extrema importância para que a EJA cumpra sua função.

A EJA EM MEIO A PANDEMIA

A Educação de Jovens e Adultos, como foi possível perceber, em todo o seu percurso histórico foi tratada com negligência por parte dos órgãos governamentais, sendo secundarizada pelas políticas públicas de educação, tornando ainda mais complexa sua efetivação enquanto modalidade de ensino de formação escolar e cidadã.

Quando analisamos o público da EJA encontramos uma diversidade de pessoas com cultura, crença, cor e idade distintas. Mas, para Cunha Júnior et al (2020), há uma característica em comum entre esses estudantes, que diz respeito a sua classe social. A grande maioria desses sujeitos fazem parte da classe trabalhadora.

Quando nos reportamos a EJA, tratamos dos homens e mulheres proletários, daqueles e daquelas que experienciam/experienciaram a exclusão social em seus diversos aspectos, mas, prioritariamente, quanto a negação de direitos e dentre eles, as condições de acesso e permanência nos espaços escolares. (CUNHA JÚNIOR et al, 2020, p. 4)

Esse fato impõe aos que trabalham com o ensino de jovens e adultos um conjunto de desafios a serem superados, dentre eles pode-se destacar: as condições necessárias para a permanência dos estudantes em sala de aula; a compreensão da história de vida de cada um e suas necessidades educativas; promoção de uma aprendizagem significativa, que leve em consideração os seus conhecimentos prévios, para que dessa forma se construa um espaço de inclusão e participação, onde a aprendizagem seja o resultado de um processo coletivo de troca de saberes.

Cabe ressaltar que os alunos da EJA também enfrentam desafios ainda mais amplos e complexos. Dentre esses desafios Cunha Júnior et al (2020) destacam: a luta constante em fazer do espaço escolar um lugar em que possam conviver, aprender e participar, lugar este que no passado foi excluído; driblar as adversidades cotidianas como o cansaço físico e mental de uma dia de trabalho; voltar a acreditar em sua capacidade de aprender, mesmo que no dia-a-dia do processo de aprendizagem lhes mostrem o contrário; superar preconceitos sobre a decisão de voltar a estudar mesmo depois de passar da idade regular e além de tudo passar a se perceber sujeitos capazes de melhorar de vida e traçar novos rumos, que anteriormente não foram possíveis.

No contexto da pandemia os desafios se intensificam de ambos os lados, tendo em vista que ainda não existe uma política que garanta total acesso, permanência e conclusão das etapas de ensino para aqueles que retornaram ao estudo no seguimento de ensino de Jovens e Adultos. Na concepção de Brandão (2016), criar políticas públicas

de acesso e permanência de alunos e alunas da EJA é o primeiro passo para garantir os direitos constitucionais que visam a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Acontece que no cenário da pandemia de Covid-19 a EJA, que ainda encontra-se na tentativa de superar antigas questões como as que apresentamos aqui, se se depara com novos dilemas que restringem ainda mais direitos, impedindo que esse campo da educação possa cumprir suas finalidades éticas, estéticas, políticas e, sobretudo crítica (CUNHA JÚNIOR et al, 2020, p. 6)

No próprio parecer emitido pelo Conselho Nacional de Educação, de nº 5/2020, que além de reorganizar o calendário escolar para o ano de 2020, elaborou orientações metodológicas para todas as modalidades de ensino, exceto para a Educação de Jovens e Adultos. Sendo que nem sequer foi mencionado o ensino remoto como alternativa para a continuação do processo de ensino aprendizagem. Na seção destinada à EJA, o documento só expressa a necessidade da observância do Parecer CNE/CEB nº 11/2000, da Resolução CNE/CEB nº 1/2000 e da Resolução CNE/CEB nº 3/2010. O que se caracteriza como, no mínimo, incoerente tendo em vista que as normas supracitadas foram editadas para contextos normais de ensino.

Essa falta de uma orientação que direcione o trabalho pedagógico só reafirma a condição de secundariedade que é atribuído a esse segmento de educação. A inexistência de diretrizes gerais para o período de isolamento social desvendou inúmeras dificuldades, que impactaram na qualidade do processo de aprendizagem.

Para Marinho (2020) houve um abandono por parte das ações governamentais, em relação a organização e orientações ao trabalho pedagógico da Educação de jovens e Adultos, sendo considerado por ele uma negligência.

Tudo isso é para dizer que não é de hoje que a EJA é secundarizada nas políticas públicas educacionais e também, nas prioridades reivindicativas da sociedade civil organizada. E em tempos de pandemia provocada pela COVID-19, com uma gestão do governo federal “pandemônica” o risco de aprofundarmos os processos sociais excludentes e solaparmos ainda mais a EJA é eminente (MARINHO, 2020, p.1).

Mesmo que de forma não bem delimitada, a decisão do Conselho Nacional de Educação (CNE/ nº 5/2020) autorizou a EJA a realizar atividades a distância em substituição às aulas presenciais.

Mas, como na pandemia há a necessidade de buscar novos métodos que mantenham os alunos em um contexto de aprendizagem Adneia Gonçalves aponta algumas propostas que visem a construção de um ensino que contemple as necessidades educacionais em conjunto com as demandas específicas desse público de estudantes.

O que pode acontecer é uma produção de conteúdos literários e de diálogos, por meio de aplicativos. É ter contato com as pessoas para manter a interlocução. Isso pode aparecer na forma de grupos e fóruns reunindo estudantes virtualmente para uma leitura de um conto, marcando um momento de disparar textos, jogos, brincadeiras. É pedir que eles gravem vídeos, áudios ou escrevam sobre o que estão fazendo em casa com seus filhos e netos, incentivar que troquem receitas, ou que transformem o que têm vivido em contos e poesias (GONÇALVES, 2020, ON-LINE).

Na perspectiva de Gonçalves, mesmo com o ensino remoto, a EJA não pode perder sua essência, de proporcionar um ambiente de inclusão e participação dos alunos, construindo uma aprendizagem que tenha sentido para os aprendizes. Tarefa que pode ser facilitada mediante a utilização do seu contexto social e cultural dos sujeitos como conector das novas aprendizagens que estes devem adquirir ao longo do seu processo formativo.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NÃO PRESENCIAL NA EJA DURANTE A PANDEMIA

De acordo com o relato de Ademilde Aguilar Moreira, professora da rede municipal de campinas, de uma turma de EJA, foram percebidas algumas dificuldades relacionadas a continuidade do processo de aprendizagem dessa modalidade no período de aula remota. O primeiro desafio, segundo Moreira (2020), foi a transição de aulas presenciais para aula remota, pois os alunos foram muito resistentes às “aulas diferentes”, daquelas que eles estavam habituados. A segunda maior dificuldade foi o acesso dos estudantes aos meios digitais

falta de internet, dificuldade para acessar a plataforma, alunos que não possuem nem um celular; quero destacar que até hoje, propiciar o acesso do aluno tem sido a nossa maior preocupação em encontrar solução para o problema; os alunos que tentam realizar as atividades não anexam e, então, não sabemos como avaliar o que eles fazem (MOREIRA, 2020, P. 3).

Além de tudo isso, a professora ainda expressa que existe uma carga emocional proveniente da pandemia, pois alguns alunos se contaminaram com a doença, outros, tiveram parentes que adoeceram e que vieram a óbito. Todo esse cenário é muito desanimador e traz incertezas de futuro, tendo reflexo no interesse para continuar estudando.

Na pesquisa feita por Fantinato, Vargas e Moura (2020), foi identificado que a forma como foi implantado o ensino online nas turmas de EJA, na maioria dos casos de forma rápida e pouco planejada gerou diversos problemas e dificuldades. Pois nem todos os municípios tiveram tempo para estruturar plataforma de ensino online, sendo

necessário utilizar métodos improvisados, como o uso das redes sociais, plataformas gratuitas como o google formulário e o *classroom*. Em municípios mais pobres, onde grande parte da população não possui condições financeiras para adquirir um aparelho que tenha acesso a internet, todo o conteúdo de ensino foi resumido em atividades impressas, que a instituição de ensino passou a preparar para que os alunos pudessem fazer em casa.

Fantinato, Vargas e Moura (2020) relatam que durante o período de isolamento social, as desigualdades sociais foram, pois aqueles que possuem uma boa estrutura com acesso irrestrito a internet pode continuar a ter acesso à educação, enquanto que outros, como é o caso da maioria dos estudantes da rede pública, independente da modalidade de ensino, que sem acesso contínuo a uma rede de internet e aparelhos adequados para receber o material de estudo, tiveram seus estudos prejudicados.

Estes e outros depoimentos nos levam a perceber que as dificuldades de adaptação vivenciadas pelos estudantes, em relação às novas formas das práticas pedagógicas, podem interferir diretamente no seu acompanhamento das atividades. Enquanto uma estudante precisa usar de subterfúgio “pegar emprestado” o sinal de WiFi de uma vizinha, outra necessita sair de sua casa e se deslocar para outro bairro onde pode acessar a internet. Assim, acaba saindo do isolamento social para realizar as atividades enviadas remotamente pelos seus professores. Esta situação por sinal, gera uma controvérsia, pois o grande argumento para a prática de atividades remotas seria a de justamente manter os estudantes em suas casas, e assim não se exporem ao coronavírus. Mas, temos também diversos relatos relacionados à falta de equipamentos apropriados para a nova função (FANTINATO; VARGAS; MOURA, 2020, p.15)

Ainda de acordo com a pesquisa dos autores, é possível identificar alguns desconfortos gerados por conta da falta de contato físico entre os membros da turma e entre aluno e professor. Essa situação tem gerado uma “desumanização” de todo o processo educativo. Pois a dinâmica das aulas presenciais remetia a convívio diário e uma relação entre pessoas, que amistosas ou conflituosas, que se mostra fundamental para a permanência dos alunos da EJA. pois como foi mencionado anteriormente, a sala de aula é muito mais do que um local onde se adquire conhecimentos, mas além disso, estabelecem-se nela relações de amizade, conversa, troca de experiência, risos, debates, todos os elementos que permeiam as relações humanas.

Nesse processo humano que se estabelece em sala de aula se relaciona com o que Paulo Freire (1987) dissertou: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Diante do exposto, fica ainda mais evidente a função social que tem a escola, pois não há o que falar em sociedade inclusiva e igualitária, sem que haja uma educação que pregue esses mesmos princípios. No que se refere aos alunos da EJA, essa função deve ser valorizada, pois o que podemos concluir é que, por mais simples que pareça, a rotina de sair de casa e ir até a escola carrega fortes significados, relacionados à liberdade. O contato com os amigos e professores da escola está ligado ao fato de se sentir aceito pela sociedade, ao ainda, simplesmente mais visibilizado por ela.

Portanto, o ensino não presencial para a Educação de Jovens e Adultos, no contexto atual, parece um método que não supre todas as demandas do seguimento de ensino, tanto no que se refere às especificidades do público atendido, quanto nos objetivos que ela se propõe alcançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desafios identificados no ensino presencial, há uma crescente tendência em implementar a educação a distância como método para facilitar o acesso do público, a quem não conseguiu concluir suas etapas de ensino, voltar a estudar e alcançar a formação no nível básico. Contudo, no Ead, descortinam-se inúmeros outros desafios que impossibilitam ainda mais a conclusão dos estudos por essa parcela da sociedade. Dentre os problemas, pode-se destacar a dificuldade dos estudantes em adquirir equipamentos adequados para acessar os conteúdos, também apresentam dificuldades em acessar a internet, pois a grande maioria dos alunos da EJA, pertencem a classe menos favorecida economicamente. Outra problemática está no fato de que o público atendido são jovens e adultos, os quais possuem uma experiência recente com a tecnologia. Por fim, verifica-se que a socialização entre a turma e professor, é um fator fundamental para a construção de significados, que se relacionam diretamente no acesso e permanência dos alunos. Socialização essa que fica comprometida quando o ensino é remoto.

Todas as dificuldades que já eram verificáveis antes no ensino de jovens e adultos foram potencializados durante a pandemia de coronavírus. Com as restrições impostas para conter a disseminação do vírus, todos os níveis de ensino passaram a ocorrer de forma remota, inclusive a EJA. A falta de orientações por parte dos órgãos

responsáveis denota uma questão já identificada, a EJA é uma modalidade, que fica em segundo plano em relação ao ensino as demais modalidades de educação. Além das dificuldades próprias do ensino EaD, ainda existe uma carga emocional proveniente do Coronavírus, que desestabilizou muitas pessoas que sofreram com o adoecimento dos familiares e em certos casos de si mesmo, além de também terem perdido entes queridos para a doença.

Em suma, pode-se considerar que o período de aulas não presenciais durante a pandemia revelou uma desigualdade social no âmbito da educação, pois aqueles que possuíam/possuem meios para subsidiar os estudos remotos, permaneceram o seu processo de aprendizagem, contudo aqueles que não puderam acessar os conteúdos por falta de recursos financeiros, tiveram seus direitos de educação restringidos.

Portanto, o ensino a distância ainda carrega muitos desafios, principalmente em se tratando de EJA. Mas, foi um meio encontrado para não paralisar as aulas, o que causaria ainda mais prejuízos. Contudo, é necessário que haja uma maior valorização dessa modalidade, que ofereça aos educandos as condições necessárias para seu acesso e permanência nas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 de out. 2021.

_____. Lei 9.394: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

_____. **Resolução CEB 1. 2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2019.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 1 de 2 de fevereiro de 2016**. Disponível em: < http://www.lex.com.br/legis_27087071 > . Acesso em 01 out. de 2021

CRUZ, Rafael Eduardo; LODI, Ivana Guimarães; ANDRADE, Maria Celeste de Moura. **Instrumentos de avaliação no Ensino Superior a Distância**. 2016. Evidência Olhares e Pesquisa em Saberes Educacionais. Disponível em: <https://1library.co/document/zpw4x04y-instrumentos-de-avaliacao-no-ensino-supehttps://1library.co/document/zpw4x04y-instrumentos-de-avaliacao-no-ensino-superior-a-distancia.html>. Acesso em: 02 out. 2020.

SILVA, Hermindo Elizeu da; REBELO Francine Pereira; CORRÊA Willian Cândido. Legislação da EJA: **O caso da educação a distância**. CADERNOS DE PESQUISA. Pesquisa e Desenvolvimento em Pedagogia: Educação, Sociedade e Cultura Faculdade Metropolitana de Anápolis | <https://www.faculdefama.edu.br> | Cadernos de Pesquisa | v.3, n.1, 2019

MATUOKA, Ingrid. **Especialista alerta para riscos da EaD na Educação de Jovens e Adultos**. Centro de Referência em Educação Integral. Por. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/especialista-alerta-para-riscos-ead-educacao-jovens-adultos/>. Acesso: 02 out. 2020.

FELICIANO, Creuza Bonono; FERREIRA, Denilza Oliveira Costa. **O perfil e os desafios enfrentados pelos alunos da educação de jovens e adultos– EJA**. Multivix.Edu. 2018. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/o-perfil-e-os-desafios-enfrentados-pelos-alunos-da-educacao-de-jovens-e-adultos-eja.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021

CUNHA JÚNIOR, Adenilson Souza; MATEUS, Kergileda Ambrósio de Oliveira; LIMA Marileide Moutinho Pomponet; MENEZES, Mônica Clementino de; COSTA Solange Balisa. **Educação de jovens e adultos (EJA) no contexto da pandemia de covid-19: cenários e dilemas em municípios baianos**. Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-22, jan./dez. 2020

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984

CHAVES, Hamilton Viana; MAIA FILHO, Osterne Nonato. **Percepção de tempo e necessidade de atividade na sociedade do excesso: educação no contexto das tecnologias digitais**. Educação Temática Digital, Campinas, v. 18, n. 1, p.71-82, jan./abr. 2016.

MARINHO, Ramuth. **A EJA, a pandemia e o pandemônio**. Pensar a educação, em pauta. 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/a-eja-a-pandemia-e-o-pandemonio/>. Acesso em: 04 out. 2020.

FARIA, A. **A educação e as novas tecnologias para o ensino EAD: dificuldades de aprendizagem em alunos da EJA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina. Joinville, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182237>. Acesso em: 2 out. 2021.

FANTINATO, M. C.et al. **"Não olha para a cara da gente": ensino remoto na EJA e processos de invisibilização em contexto de pandemia**. Latinoamericana de Etnomatemática, v. 13, ed. 1, p. 104-124, 2020. Disponível em: <https://www.revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/article/view/598/501>. Acesso em: 21/01/2021